

**AgInt no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 58.393 - RS
(2018/0203415-0)**

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : CENTRO DOS PROFS DO EST DO RS SIND DOS TRAB EM
EDUCACAO
ADVOGADOS : MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI - RS011748
MARCELO OLIVEIRA FAGUNDES - RS059815
OUTRO NOME : CENTRO DOS PROFESSORES DO ESTADO DO RIO GRANDE
DO SUL - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
EDUCAÇÃO - CPERS/SINDICATO
ADVOGADOS : MARÍLIA PINHEIRO MACHADO BUCHABQUI - RS011748
MARCELO OLIVEIRA FAGUNDES E OUTRO(S) - RS059815
AGRAVADO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
ADVOGADO : PRISCILA TAHISA KRAUSE E OUTRO(S) - RS088052

EMENTA

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF, POR ANALOGIA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO JÁ AFIRMADA PELA 2ª TURMA DO STJ EM PRECEDENTE SEMELHANTE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Essa 2ª Turma já apontou a legalidade da Ordem de Serviço 3/2008 da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul, que dispõe sobre afastamento de membros do magistério e servidores ligados à pasta da Educação estadual para participarem de atividades de capacitação profissional e de eventos de cunho educacional ou sindical. Precedente: RMS 29.183/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/08/2009, DJe 31/08/2009.

2. No caso em concreto, não foram devidamente impugnados os fundamentos adotados pelo acórdão recorrido para declarar a legalidade da Ordem de Serviço 3/2008 da Secretaria de Estado da Educação do Rio Grande do Sul. Incide, por analogia, a Súmula 283/STF a inviabilizar o conhecimento da insurgência. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento: "A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a)

Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)." A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Francisco Falcão (Presidente) e Herman Benjamin votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Og Fernandes.

Brasília (DF), 28 de março de 2019

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

